

## COISAS DA POLÍTICA

■ TEODOMIRO BRAGA

# O perigo da vaca louca

Não há mais ilusões em Brasília. No Congresso, nos ministérios e no Palácio do Planalto já se formou o consenso de que o país enfrenta a mais grave crise política desde o vendaval de denúncias e acusações que derrubou o governo Collor. Nove anos após o impeachment do Caçador de Marajás, estamos diante de outra crise profunda, dramática, com um potencial gigantesco de destruição.

Um dos possíveis desdobramentos da crise é a ruptura da aliança partidária de apoio a Fernando Henrique no Congresso, o que representaria um golpe mortal na chamada "governabilidade". O desfecho mais provável de um cenário desse tipo, de grande desgaste e descrédito dos atuais donos do poder, seria a vitória da oposição nas eleições presidenciais de 2002.

As lideranças dos partidos pró-FH estão perfeitamente cientes de que a situação atingiu um ponto irreversível, que não comporta mais piruetas políticas. A menos que surjam fatos novos capazes de demolir o depoimento da ex-diretora do Prodasen, os senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães estão na rota da cassação.

A guilhotina da cassação funcionará como um acerto de contas, que incluirá o outro protagonista dessa guerra política, que saiu do controle dos seus autores e se transformou numa ampla conflagração política. A investida contra o mandato do presidente do Senado, Jader Barbalho, poderá vir no rastro do escândalo da Sudam, correndo paralelamente ao tribunal montado na Comissão de Ética do Senado.

O consolo dos aliados de Fernando Henrique é que o terremoto político em curso também atingiu o PT, ao expor o suposto voto da senadora alagoana Heloisa Helena contra a cassação de Luiz Estevão. Por isso, o PT reagiu com cautela às revelações de Regina Borges, e alguns de seus líderes ensaiam explicações pouco convincentes para a hipótese de que o painel do Senado registrou o voto da senadora na contra-mão da orientação petista.

A opinião pública exige a divulgação da lista dos votantes e as razões pelas quais meia dúzia de senadores votou de forma diferente do que recomendariam seus princípios éticos. Motivações pessoais ou políticas podem explicar alguns desses votos, mas nem todos. Assim como a violação do painel não pode passar em branco, essa questão também precisa ser devidamente esclarecida, mesmo porque há suspeitas de compra de voto.

As declarações de Fernando Henrique, no Canadá, refutando acordos políticos para evitar as degolas de ACM e Arruda, refletem a posição do governo de se afastar da crise e deixar correr livre a guilhotina, mesmo que um dos sacrificados seja o líder do governo no Senado até poucos dias atrás. É velha tese, repetida em gabinetes importantes na Esplanada dos Ministérios, de que é melhor perder os anéis do que os dedos.

As afirmações de FH não significam que o governo assistirá, passivamente, ao circo pegar fogo. Os bombeiros da situação entraram em cena, na semana passada, com o objetivo de controlar o incêndio, para evitar que o fogo se alastre ou chegue ao Palácio do Planalto. Líderes do PFL que gozam da confiança de Fernando Henrique falam numa "repactuação" política entre os três principais partidos da base aliada e na aceitação de algum tipo de CPI da Corrupção.

A idéia é dar endosso a uma CPI que exclua os temas da CPI mista requerida pela oposição, que se referem às denúncias envolvendo os senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães. Dessa forma, explica um ministro do PFL envolvido na articulação, seria possível viabilizar a CPI e, assim, atender às pressões da opinião pública em favor da instalação de uma comissão no Congresso para investigação das denúncias de corrupção.

Naturalmente, não se pretende entregar os pontos à oposição: os integrantes da CPI seriam escolhidos com rigor, de forma que os postos-chaves sejam ocupados por parlamentares alinhados com a política governista. Mesmo assim, a CPI representaria um perigo para o governo, mas, nesta altura, não há outro jeito: é preciso correr o risco.

Por essa proposta, os dirigentes do PFL, PSDB e PMDB se sentarão à mesa novamente, para rediscutir o futuro da coligação, o que será necessário, principalmente se forem defenestrados do mundo político senadores que ocupam posições de liderança nestes partidos. O novo pacto visaria manter a "governabilidade" e deixar abortar a possibilidade de nova aliança para as eleições de 2002.

Outro objetivo desse "repactamento" é encontrar formas de segurar o PMDB na barca governista. As cúpulas do PFL e PSDB temem que, no curso da atual crise, a facção do PMDB ligada ao governo perca espaço para a ala do partido que prega a retirada do apoio a Fernando Henrique e a adesão à candidatura do governador Itamar Franco à Presidência da República.

Outro grande perigo dessa crise para o governo, diz o ministro do PFL, é o PMDB abandonar FH e se soltar por aí, como uma vaca louca.

### Entra Cesar, sai Conde

O prefeito Cesar Maia (PTB) já está com um pé dentro do PFL.

A preocupação da liderança nacional do partido, na semana passada, não era manter o ex-prefeito Luiz Paulo Conde na legenda, mas evitar que ele se deixe seduzir pelo governador Anthony Garotinho e se filie ao PSB.

Os pefelistas preferem que Conde vá para o PSDB.